



# Frente Paranaense pela Revogação da LGU

Boletim Estadual

Número 2 - abril de 2024

## Os escritórios da SETI, as reitorias e o fechamento de cursos

Em nossa Nota de 18 de março último, divulgamos que a SETI enviou a TODAS as reitorias das Universidades Estaduais um Ofício (96/2023/SETI-GS) em que, baseado no artigo 58 da LGU, informa a relação de cursos que podem ser fechados – por decisão da SETI – se não apresentarem um plano de recuperação de matrículas.

Além de representar uma brutal agressão à autonomia universitária, o ofício foi ocultado por algumas reitorias que se negaram a divulgá-lo à comunidade universitária e/ou aos sindicatos.

Do nosso ponto de vista, trata-se de um grave

desvio da obrigação dos reitores que, ao omitirem os desdobramentos da LGU da comunidade universitária, abrem mão de defender a autonomia universitária e contribuem efetivamente com o governo na consecução do seu objetivo de tomar conta diretamente da gestão das IEES.

Gostaríamos de estar equivocados na nossa apreciação sobre as intenções das reitorias ao esconderem tais ofícios. Quem sabe, se elas informassem amplamente à comunidade universitária quais as medidas que estão tomando para defender a autonomia universitária esta apreciação muda?

## ADI: ação judicial caminha para acabar com a Universidade Pública

Desde 2022, tramita no Tribunal de Justiça do Paraná uma Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI questionando a legalidade da LGU. Trata-se de uma ação impetrada por diversos deputados estaduais da oposição, e têm muita gente acreditando que essa ADI é tudo que pode ser feito contra a LGU.

Em novembro de 2023, o Relator do processo solicitou informações às sete universidades estaduais acerca dos impactos da LGU. Parece um procedimento muito justo, entretanto, as perguntas formuladas pelo relator já indicavam um caminho favorável ao governo.

Foi perguntado, por exemplo, se “a redistribuição implicou (ou implicará) a redução de cargos que se atrelavam às Universidades e [...] se essa diminuição atinge cargos que estavam/estão efetivamente ocupados”. Ou seja, assume-se a priori que se essas vagas não estavam ocupadas então a Universidade NÃO PRECISARIA DELAS! Ou ainda, “se, em momento anterior à Lei Estadual n.º 20.933/2021, a realização de concursos públicos para o provimento de cargos de docentes exigiria a obtenção de autorizações específicas do

Chefe do Poder Executivo”. A LGU apenas coroa a série de ataques à autonomia das universidades. Limitando-se a análise ao período imediatamente anterior à LGU, a conclusão [antecipada] é que NÃO HÁ CERCEAMENTO DA AUTONOMA. E por aí vai ...

As reitorias das sete universidades responderam no processo, e suas respostas foram celebradas pela Procuradoria Geral do Estado que, em 28 de março deste ano, concluiu o exame dessas respostas afirmando que: “Como se vê, as **Universidades reconhecem os benefícios da adoção de uma lei geral** que crie parâmetros objetivos para o dimensionamento do sistema, tanto do ponto de vista financeiro quanto orçamentário”.

Vale lembrar que os conselhos superiores da maior parte das universidades vêm, desde 2019, se opondo claramente à LGU e, cinco deles, têm deliberações formais contra a LGU.

A Frente Paranaense pela Revogação da LGU insiste que se deve levantar um movimento de toda a comunidade universitária e de outros setores da sociedade paranaense para obrigar o Estado e a Assembleia Legislativa a revogar essa lei.

## Seminário discute LGU

No dia 12 de abril, realizou-se na UNIOESTE, em Cascavel, o III Seminário Estadual para debater a LGU. Docentes e estudantes que compõem a Frente Paranaense pela Revogação da LGU participaram do evento.

Embora a organização do Seminário não facilitasse o debate da questão central que é a bandeira de REVOGAÇÃO DA LGU – que a maioria das diretorias dos sindicatos, com exceção do SINDUNESPAR, se recusam a defender – e a constituição de uma FRENTE ou Movimento, as discussões acabaram se centrando nesses temas.

Durante o trabalho dos grupos e na planária, os membros da Frente tentaram que o Seminário chegasse à formulação de uma intervenção conjunta contra a LGU. Infelizmente, prevaleceu a intransigência da maioria das diretorias dos sindicatos que exigiram a votação contra essa possibilidade de luta conjunta e contra a bandeira da REVOGAÇÃO da LGU.

Lamentamos esta decisão que enfraquece a luta contra os ataques do governo e reforça as posições contrárias à universidade pública e à autonomia universitária.

Esperamos que a comunidade universitária assimile criticamente esta situação e reforce a luta pela REVOGAÇÃO DA LGU, uma luta que deve ser unificada.

Assine o Manifesto da Frente em <https://revogalgu.wixsite.com/frente-paranaense>